



# CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

## AUTÓGRAFO Nº 44/2021 PROJETO DE LEI Nº 34/2021

### DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Garça, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto ao artigo 165, § 2º, da Constituição Federal; Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e ao artigo 16, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Garça, as diretrizes orçamentárias do Município de Garça para o exercício financeiro de 2022, cuja estrutura orçamentária obedecerá ao disposto nos Anexos desta Lei.

§ 1º Integram a presente lei os seguintes anexos:

- I – anexo I: Despesas Obrigatórias;
- II – anexo II: Prioridades e Indicadores por Programas;
- III – anexo IIA: Programas, Metas e Ações;
- IV – anexo III: Metas Anuais;
- V – anexo IV: Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- VI – anexo V: Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
- VII – anexo VI: Evolução do Patrimônio Líquido;
- VIII – anexo VII: Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos;
- IX – anexo VIII: Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- X – anexo IX: Projeção Atuarial do RPPS;
- XI – anexo X: Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- XII – anexo XI: Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado; e
- XIII – anexo XII: Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

§ 2º Os programas, metas físicas e os custos financeiros estabelecidos nesta Lei poderão ser modificados, majorados ou reduzidos, a fim de se compatibilizar com o Plano Plurianual (PPA), cujo projeto deverá ser encaminhado até 15 de agosto de 2021, para preservar o equilíbrio das contas públicas, bem como para atender às necessidades da população.

§ 3º Durante a execução orçamentária, ocorrendo alterações no orçamento que importem em retificação nas metas ou custos de programas estabelecidos no Plano Plurianual e nesta Lei, ou havendo a abertura de créditos adicionais, a Administração deverá informar as modificações nas peças de planejamento nos prazos estabelecidos pelas Instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



# CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

## ESTADO DE SÃO PAULO

**Art. 2º** O Projeto de Lei Orçamentária será elaborado em conformidade com as diretrizes fixadas nesta Lei, bem como no artigo 165, §§ 5º, 6º, 7º e 8º da Constituição Federal, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, assim como na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e obedecerá, entre outros, aos princípios da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo o Poder Executivo e Legislativo, suas Autarquias e seus Fundos.

**§ 1º** A Lei Orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo do Município, seus fundos e entidades da Administração Direta e Indireta; e

II – o orçamento da seguridade social.

**§ 2º** Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

**§ 3º** Na execução do orçamento deverá ser indicada, em cada rubrica da receita e em cada dotação da despesa, a fonte de recursos, bem como o código de aplicação, o qual se caracteriza com o detalhamento da fonte de recursos.

**§ 4º** Na elaboração da Lei Orçamentária e em sua execução, a Administração buscará o equilíbrio das finanças públicas considerando, sempre, ao lado da situação financeira, o cumprimento das vinculações constitucionais e legais, além da impreterível necessidade de prestação adequada dos serviços públicos, tudo conforme os macro-objetivos estabelecidos no Plano Plurianual.

**Art. 3º** A Lei Orçamentária dispensará, na fixação da despesa e na estimativa da receita, atenção aos princípios de:

I – austeridade na gestão dos recursos públicos;

II – modernização da ação governamental; e

III – princípio do equilíbrio orçamentário, tanto na previsão, como na execução do orçamento.

**§ 1º** No caso de insuficiência de recursos durante a execução orçamentária, de acordo com o artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000, ficam estabelecidos os seguintes critérios para a ordem de limitação de empenho:

I – obras não iniciadas;

II – desapropriações;

III – instalações, equipamentos e materiais permanentes;

IV – serviços para a expansão da ação governamental;

V – materiais de consumo para a expansão da ação governamental;

VI – fomento ao esporte;

VII – fomento à cultura;

VIII – fomento ao desenvolvimento;

IX – serviços para a manutenção da ação governamental;

X – materiais de consumo para a manutenção da ação governamental; e





# CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

## ESTADO DE SÃO PAULO

XI – contratação de pessoal.

§ 2º As determinações para limitação de empenhos serão expedidas, no âmbito do Poder Executivo, pela Secretaria Municipal de Fazenda, Planejamento e Finanças, quando verificar que as realizações de receitas e despesas não comportarão o cumprimento das metas fiscais estabelecidas nesta Lei, na forma prevista pelo artigo 9º da Lei Complementar 101/2000.

§ 3º Para viabilizar a operacionalização do parágrafo anterior, os órgãos da Administração Indireta enviarão à Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Finanças os quadros de acompanhamento das metas fiscais até o décimo dia após o encerramento de cada bimestre.

§ 4º As limitações de empenhos no Poder Executivo serão operacionalizadas, dentre outras formas, através da suspensão do recebimento de requisições de materiais e de serviços, bem como de empenhos, por parte do Secretário Municipal da Fazenda, Planejamento e Finanças, no âmbito da Administração Direta, e por parte dos Dirigentes das Autarquias, no âmbito da Administração Indireta.

§ 5º A limitação de empenhos será mantida até que a Secretaria Municipal de Fazenda, Planejamento e Finanças verifique e demonstre a possibilidade do cumprimento das metas fiscais.

§ 6º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações, cujos empenhos foram limitados, dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 7º Excluem da limitação de empenhos as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município, as contrapartidas aos convênios e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida, bem como se buscará preservar as despesas abaixo:

I – atendimento à educação;

II – atenção à saúde da população;

III – pessoal e encargos sociais;

IV – a preservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45, da Lei Complementar nº 101/2000;

V – sentenças judiciais de pequena monta e os precatórios; e

VI – projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias.

**Art. 4º** Os repasses mensais de recursos ao Poder Legislativo serão estabelecidos conforme o cronograma de desembolso mensal, de forma a garantir o perfeito equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, obedecendo-se às disposições contidas na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000.

§ 1º Não elaborado o cronograma de desembolso mensal, os recursos financeiros serão repassados à razão mensal de 1/12 (um doze avos) das dotações consignadas ao Poder Legislativo, respeitando, em qualquer caso, o limite constitucional.

§ 2º Ao final de cada mês, a Câmara Municipal recolherá na Tesouraria da Prefeitura os valores dos juros de aplicação financeira.

**Art. 5º** O total da despesa com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo no mês, somada com os onze meses imediatamente anteriores, verificada ao final de cada quadrimestre, não poderá exceder o percentual de 60% da receita corrente líquida apurada no mesmo período, conforme dispõe o artigo 19 da Lei Complementar nº 101/2000.



# CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

## ESTADO DE SÃO PAULO

§ 1º O limite de que trata este artigo está assim dividido:

- I – 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo, e
- II – 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

§ 2º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo não serão computadas as despesas:

- I – de indenização por qualquer motivo, incluindo aquelas oriundas de demissão de servidores ou empregados;
- II – relativas a incentivos à demissão voluntária;
- III – decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior a que trata o “caput” deste artigo;
- IV – com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas com recursos provenientes:
  - a) da arrecadação de contribuições dos segurados;
  - b) da compensação financeira de que trata o § 9º do artigo 201 da Constituição Federal; e
  - c) das demais receitas diretamente arrecadadas pelo fundo vinculado à previdência municipal.

§ 3º O Executivo adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas de pessoal, caso estas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000:

- I – redução ou eliminação das despesas com adicional por serviços extraordinários (horas extras);
- II – exoneração de cargos em comissão e de agentes políticos não eletivos;
- III – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- IV – redução de vantagens temporárias concedidas a servidores;
- V – suspensão da concessão de vantagens permanente.

### CAPÍTULO II

#### DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

**Art. 6º** A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2022 observará o que dispõe esta Lei, devendo ser encaminhada pelo Chefe do Executivo à Câmara Municipal contendo:

- I – mensagem;
- II – projeto de lei orçamentária; e
- III – demonstrativos dos efeitos sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira e tributária.

**Art. 7º** A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios da unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas excederem a previsão da receita para o exercício, observando-se os seguintes objetivos:

- I – combater a pobreza, promover a cidadania e a inclusão social;





# CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

## ESTADO DE SÃO PAULO

- II – apoiar estudantes carentes na realização do ensino médio e superior;
- III – promover o desenvolvimento econômico do Município;
- IV – reestruturar os serviços administrativos, buscando maior eficiência;
- V – buscar maior eficiência na arrecadação;
- VI – prestar assistência à criança e ao adolescente;
- VII – melhorar a infraestrutura urbana;
- VIII – oferecer assistência médica, odontológica e ambulatorial à população carente;
- IX – austeridade na gestão dos recursos públicos.

**Art. 8º** A Prefeitura, as Autarquias e a Câmara Municipal poderão proceder, anualmente, à revisão geral de vencimento dos servidores públicos, incluindo os proventos de aposentadoria e pensão, dentro dos índices inflacionários apurados pelo Governo Federal, através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo IBGE, ou outro que vier a substituí-lo.

**Art. 9º** O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

- I – realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;
- II – realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor.

**Art. 10.** A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, perfazendo até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida.

**Art. 11.** Os Poderes Executivo e Legislativo estão autorizados a realizarem, por ato próprio, até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa inicialmente fixada, transposições, remanejamentos e transferências de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão orçamentário para outro, desde que não haja alteração na fonte de recurso, programa, atividade, projeto ou operação especial.

**Art. 12.** Em atenção ao disposto no art. 165, §8º, da Constituição Federal, e ao contido no art. 7º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, a Lei Orçamentária Anual poderá autorizar os Poderes Executivo e Legislativo a abrirem créditos adicionais suplementares em até 20% (vinte por cento) do total das despesas.

§ 1º Exclui-se do limite do *caput* deste artigo, os créditos adicionais suplementares destinados a suprir insuficiência nas dotações referentes a precatórios judiciais e RPVs (requisições de pequeno valor), serviços da dívida, dotações de pessoal e seus reflexos e adaptação de cargos ou empregos decorrentes de reforma administrativa.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, por Decreto, créditos adicionais até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência, não onerando o percentual estabelecido no *caput* deste artigo.

**Art. 13.** Não havendo a aprovação, até o encerramento da sessão legislativa, do Projeto de Lei Orçamentária pela Câmara Municipal de Garça, deverá sua programação ser executada, a cada mês, na proporção de até 1/12 (um doze avos) do total da despesa orçada.

**Parágrafo único.** Para atender o disposto no artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo e suas Autarquias se incumbirão de estabelecer, até 30 (trinta) dias

*Handwritten signatures and initials:*  
- Top right: "CMG" in blue ink.  
- Middle right: "Di" in blue ink.  
- Bottom right: A large blue ink signature.



# CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

após a publicação da Lei Orçamentária, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

**Art. 14.** As despesas com publicidade de interesse do Município restringir-se-ão aos gastos necessários à divulgação institucional, de investimentos, de serviços públicos, bem como de campanhas de natureza educativa ou preventiva excluída as despesas com a publicação de editais e outras publicações legais.

**Parágrafo único.** As despesas de que trata o “caput” deste artigo serão destacadas no orçamento, nos moldes do art. 21 da Lei nº 12.232/2010.

**Art. 15.** Ficam proibidas as seguintes despesas:

I – contratação, a qualquer título, as empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa;

II – obras cujo custo global supere à mediana de seus correspondentes utilizados na Administração Pública Federal e Estadual;

III – pagamento de horas extras a ocupantes de cargos em comissão;

IV – pagamento de sessões extraordinárias aos Vereadores;

V – pagamento de verbas de gabinete aos Vereadores;

VI – distribuição de agendas, chaveiros, buquês de flores, cartões e cestas de natal entre outros brindes; e

VII – pagamento de anuidade de servidores em conselhos profissionais, a exemplo de OAB, CREA, CRC, entre outros.

## CAPÍTULO III DO ORÇAMENTO FISCAL

**Art. 16.** O orçamento fiscal abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, bem como as entidades da administração direta e indireta, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade, da exclusividade, da publicidade e da legalidade.

**Art. 17.** Na elaboração da proposta orçamentária serão atendidos, preferencialmente, os projetos e atividades constantes do Anexo IIA, o qual faz parte integrante desta Lei, podendo, na medida do interesse público envolvido, ser elencados novos programas, desde que necessários à execução de acordos e convênios firmados com outras esferas de governo.

**Art. 18.** A transferência de recursos a título de parcerias voluntárias para as organizações da sociedade civil atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que desenvolvam, em regime de mútua cooperação, atividades ou projetos para a consecução de finalidades de interesse público.

§ 1º Para celebração das parcerias de que trata o *caput* deverão ser obedecidas às disposições legais vigentes à época da assinatura do instrumento jurídico.

§ 2º Quando se tratar de termos de fomento e colaboração, deverão ser observados os preceitos da Lei nº 13.019/2014, instruções e recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, bem como demais normas pertinentes à matéria.

3º Quando se tratar de termos de parcerias a serem firmados com as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, deverão ser observados os preceitos da Lei nº





# CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

## ESTADO DE SÃO PAULO

9.790/99, Decreto Federal nº 3.100/99, bem como instruções e recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo acerca da matéria.

§ 4º Quando se tratar de contratos de gestão, a serem firmados com as Organizações Sociais – OS, deverá ser observada os atos regulamentadores e, no que couber, as instruções e recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo acerca da matéria.

**Art. 19.** Sem prejuízo das disposições contidas no artigo anterior, a destinação de recursos às organizações da sociedade civil, dependerá, ainda, de:

I – previsão orçamentária;

II – identificação do beneficiário e do valor a ser transferido no respectivo instrumento jurídico;

III – execução na modalidade de aplicação “50” - transferências à entidade privada sem fins lucrativos.

**Art. 20.** Os empenhos da despesa, referentes a transferências de que trata o art. 20 desta Lei, serão feitos, obrigatoriamente, em nome da organização da sociedade civil signatária de instrumento jurídico correspondente à parceria.

§ 1º Fica vedada a transferência de recursos financeiros às entidades que não prestarem contas de recursos anteriormente recebidos, até 31 de janeiro de 2022.

§ 2º A prestação de contas não poderá ultrapassar 31 (trinta e um) dias do encerramento do exercício, devendo o Poder Executivo, por meio de regulamento, instituir manual de orientação para formalização, execução e prestação de contas de repasses municipais às entidades do terceiro setor.

**Art. 21.** A lei orçamentária anual poderá conter dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por meio de parcerias público-privadas, reguladas pela Lei Federal nº 11.079/2004.

### CAPÍTULO IV DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Art. 22.** O Chefe do Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal projetos de lei que disponham sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I – revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;

II – revisão das taxas, de forma a adequá-las aos custos dos respectivos serviços;

III – revogação das isenções tributárias que contrariem o interesse público e a justiça fiscal;

IV – atualização da planta genérica de valores, ajustando-a à realidade do mercado imobiliário;

V – aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos.

**Parágrafo único.** Poderão ser adotadas medidas de fomento à participação de micros, pequenas e médias empresas instaladas na região, no fornecimento de bens e serviços para a Administração Municipal, facilitando-se a abertura de novas empresas, através da desburocratização dos respectivos processos e criação de incentivos fiscais quando julgar necessário.

### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 23.** O sistema de controle interno do Poder Executivo, no âmbito de suas atribuições, exercerá a fiscalização e avaliação dos resultados, principalmente em relação a:



# CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

---

- I – execução de obras;
- II – repasses a entidade do Terceiro Setor;
- III – execução Financeira e Orçamentária;
- IV – calendário de Auditoria Eletrônica Estadual e Federal.

**Parágrafo único.** O sistema de controle interno desenvolverá protocolos para o controle dos custos e avaliação de resultados dos programas.


**Art. 24.** O Chefe do Executivo enviará à Câmara Municipal, até 30 de setembro de 2021, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de 2022, o qual deverá ser apreciado até o final da Sessão Legislativa, devolvendo-o para sanção.

**Art. 25.** Em face do isolamento requerido pela crise epidêmica, serão virtuais as audiências públicas exigidas pelo inciso I do parágrafo único do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 26.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 27.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Garça, 28 de junho de 2021.

  
Rafael José Frabetti  
Presidente

  
Dr. Marcelo Miranda  
Secretário

Registrado e Publicado na Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Garça, na data supra.

  
Antonio Marcos Pereira  
Secretário Legislativo